

DIVERSIDADE E PLURALIDADE CULTURAL NA ESCOLA: UM ESTUDO SOBRE EXPERIÊNCIAS DOCENTES

Géssika Cecília Carvalho ¹
Marcos Antônio da Silva ²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo conhecer as experiências de docentes, que também são estudantes de pós-graduação, sobre diversidade e pluralidade cultural na escola. Além disso, tem como objetivos específicos: Identificar como os professores fazem a seleção curricular para as aulas; Analisar as dificuldades dos professores em trabalhar temáticas sobre diversidade; Compreender a contribuição dos professores para a promoção da diversidade e da pluralidade cultural. Como instrumentos metodológicos foram utilizados a pesquisa bibliográfica e documental, bem como a utilização de questionários aplicados com 49 alunos de um curso de pós-graduação de uma instituição de ensino de Alagoas, que também são professores em escolas públicas e privadas, nos níveis infantil, fundamental e médio. Os resultados apontaram que os docentes fazem a seleção curricular com base no que julgam importante e abordam em sala, e que ainda há dificuldades em abordar as temáticas de religiões, de raça/etnia e de gênero. Quase todos já se depararam com situações de preconceito, discriminação ou exclusão em sala de aula e, sendo assim, já buscaram promover atividades ou projetos de valorização da diversidade, bem como já contribuíram para diminuir formas de preconceito ou discriminação. Embora um número significativo dos informantes tenha silenciado nessas situações, isso pode ser justificado pela ausência de formação e de preparação para trabalhar sobre Pluralidade Cultural.

Palavras-chave: Pluralidade cultural, Multiculturalismo, Diversidade na escola, Experiências docentes.

INTRODUÇÃO

Nos estudos sobre pluralidade cultural, diversidade e multiculturalismo no âmbito escolar ficam evidentes que a educação e a cultura estão relacionadas. No entanto, ao longo da história observou-se a dificuldade da escola em lidar com as diferenças, silenciando-as e buscando a homogeneização dos indivíduos (MOREIRA, CANDAU, 2003).

Nessa perspectiva, o docente se depara com o desafio de incorporar em suas práticas e nos currículos escolares o reconhecimento e a valorização da diversidade

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora efetiva do Instituto Federal de Alagoas, Campus Murici. E-mail: gessikacecilia@hotmail.com

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Professor efetivo do Instituto Federal de Alagoas, Campus Murici. E-mail: marco_sil2@hotmail.com

cultural. Pois, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 39-40),

Pela educação pode-se combater, no plano das atitudes, a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras, que afasta e estigmatiza grupos sociais. Contudo, ao mesmo tempo em que não se aceita que permaneça a atual situação, em que a escola é cúmplice, ainda que só por omissão, não se pode esquecer que esses problemas não são essencialmente do âmbito comportamental, individual, mas das relações sociais, e como elas têm história e permanência. O que se coloca, portanto, é o desafio de a escola se constituir um espaço de resistência, isto é, de criação de outras formas de relação social e interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais, posicionando-se crítica e responsabilmente perante elas.

Diante do exposto, esse trabalho tem o objetivo de conhecer as experiências de docentes, que também são estudantes de pós-graduação, sobre diversidade e pluralidade cultural na escola. Além disso, tem como objetivos específicos: Identificar como os professores fazem a seleção curricular para as aulas; Analisar as dificuldades dos professores em trabalhar temáticas sobre diversidade; Compreender a contribuição dos professores para a promoção da diversidade e da pluralidade cultural.

METODOLOGIA

Como instrumentos metodológicos foram utilizados a pesquisa bibliográfica e documental, bem como a utilização de questionários aplicados com 49 estudantes de um curso de pós-graduação de uma instituição de ensino de Alagoas, que também são professores em escolas públicas e privadas, nos níveis infantil, fundamental e médio.

O estudo antecedeu uma discussão que se dá no âmbito do componente curricular 'Antropologia Cultural', no curso de pós-graduação *lato sensu* em Linguagem e Práticas Sociais. Foi realizado com duas turmas distintas, sendo que a primeira contou com 23 informantes e a segunda com 26 participantes.

Convém ressaltar que o estudo respeitou os preceitos éticos da pesquisa, garantindo o sigilo e o anonimato das informações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Um dos maiores desafios da escola (e do professor, por conseguinte) é promover uma educação multicultural, que possibilite aos alunos a ampliação de seus horizontes para reconhecer, compreender e aceitar a cultura do outro. No que se refere à relação entre educação e cultura, Candau (2008) apresenta duas compreensões ao tratar da problemática: a) há um caráter “padronizador, homogeneizador e monocultural de educação” (CANDAU, 2008, p. 14); e, sendo assim, uma necessidade de romper com esse caráter e construir práticas educativas diferentes; b) a escola é “um espaço de cruzamento de culturas, fluido e complexo, atravessado por tensões e conflitos” (CANDAU, 2008, p. 15).

Nesse sentido, Moreira e Candau (2003) chamam atenção para o fato de que a escola sempre tratou a pluralidade e a diferença de maneira problemática, silenciando-as e neutralizando-as. Mas que, “abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar” (MOREIRA, CANDAU, 2003, p. 161).

Quanto à educação multicultural, segundo Gadotti (1992, p. 21), esta “pretende enfrentar o desafio de manter o equilíbrio entre a cultura local, regional, própria de um grupo social ou minoria étnica, e uma cultura universal, patrimônio hoje da humanidade”. Por esse viés, busca superar a problemática criada pela diversidade cultural posta a partir da obrigação do Estado de ofertar uma educação igual para todos, bem como traçar estratégias para superar tais problemas. Assim, “a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada” (GADOTTI, 1992, p. 23).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) trazem a temática da Pluralidade Cultural considerando que:

[...] diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (BRASIL, 1997, p. 19).

Nessa perspectiva, permite que, a partir do conhecimento dos diferentes grupos, os professores e os alunos possam compreender, valorizar e respeitá-los. Pois, “Sínteses criativas a partir de olhares plurais só têm a contribuir no caminho da construção de

alternativas educacionais propiciadoras da formação de gerações abertas à diversidade cultural, e desafiadora de congelamentos identitários e preconceitos.” (CANEN, 2007, p. 101).

Candau (2008) aponta possibilidades para a construção de práticas pedagógicas com a perspectiva intercultural: Reconhecer nossas identidades culturais; Desvelar o daltonismo cultural presente no cotidiano escolar; Identificar nossas representações dos “outros”; Conceber a prática pedagógica como um processo de negociação cultural (evidenciando a ancoragem histórico-social dos conteúdos e concebendo a escola como espaço de crítica e produção cultural).

Em um caminho semelhante, Moreira e Câmara (2008) também apresentam estratégias para trabalhar questões de identidade e diferença na sala de aula: Procurar aumentar a consciência das situações de opressão que se expressam em diferentes espaços sociais; Propiciar ao/à estudante a aquisição de informações referentes a distintos tipos de discriminações e preconceitos; Estimular o desenvolvimento de uma imagem positiva dos grupos subalternizados; Favorecer a compreensão do significado e da construção de conceitos que têm sido empregados para dividir e discriminar indivíduos e grupos, em diferentes momentos históricos e em diferentes sociedades; Facilitar ao/à estudante a compreensão e a crítica dos aspectos das identidades sociais estimulados pelos diferentes meios de comunicação; Propiciar ao aluno a possibilidade de novos posicionamentos e novas atitudes que venham a caracterizar propostas de ação e intervenção; Articular as diferenças.

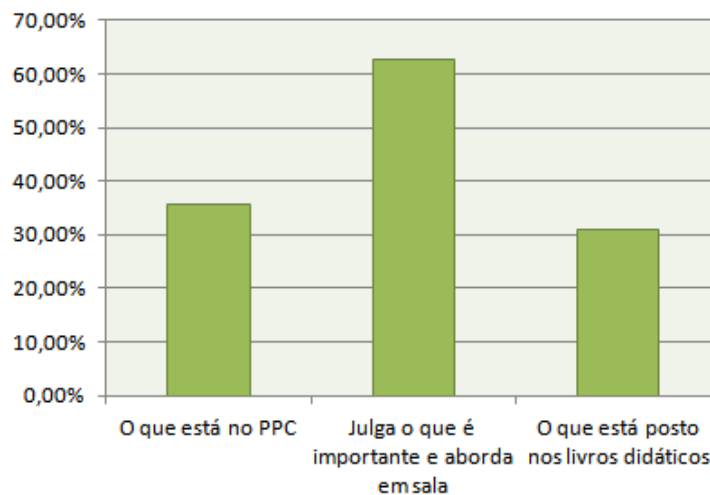
Por fim, Gadotti (1992) nos direciona em como articular a diversidade cultural com itinerários educativos para a equidade: “Suponho que não exista condição de reconhecer a diferença, se não se partir da aceitação da alteridade e da igualdade. Para me conhecer, necessito conhecer o outro como parceiro.” (GADOTTI, 1992, p. 36).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Objetivando conhecer as experiências de docentes (que também são estudantes de pós-graduação) sobre diversidade e pluralidade cultural na escola, inicialmente os informantes foram questionados acerca de como é feita a seleção curricular para ministrar aulas, donde a maior parte informou que julga o que é importante e aborda em sala (62,8%). Também foram mencionados: seleciona o que está no Projeto Pedagógico

do Curso (35,8%) e escolhe o que está posto nos livros didáticos (31,1%), dentre outros. Convém ressaltar que os informantes poderiam assinalar mais de uma opção. Podemos visualizar melhor a partir do gráfico 1:

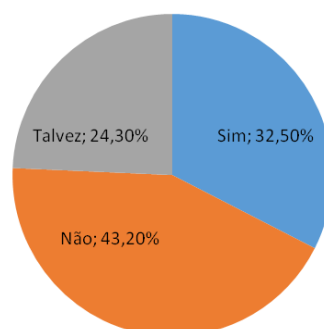
Gráfico 1 - Seleção curricular para aulas



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Perguntados se tiveram ou têm alguma dificuldade em trabalhar a temática religião(ões) em sala de aula, a maior parte dos informantes respondeu que não: 43,2%, conforme gráfico 2:

Gráfico 2: Dificuldade com a temática religião(ões)



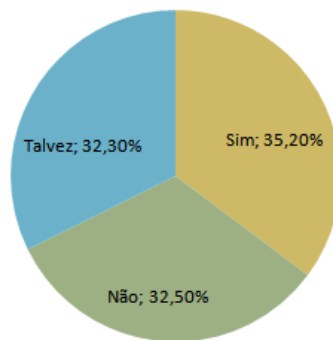
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

No entanto, também foram significativos os percentuais dos que afirmaram que sim, 32,5%, e que talvez, 24,3%. Nessa perspectiva, mostra a problemática de

observância do que está posto na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), que trata o Ensino Religioso considerando que este objetiva fomentar a aprendizagem das manifestações religiosas observadas na realidade dos alunos, fornecer conhecimentos a partir do direito à liberdade de crença, contribuir para o diálogo sobre perspectivas religiosas e seculares de vida, e ainda permitir que os alunos construam seus sentidos pessoais de vida.

Quanto à temática de gênero, a maior parte dos respondentes apontou que já teve ou tem dificuldade em trabalhar com a temática (35,2%). Todavia, é importante destacar que 32,3% disseram que talvez, como pode ser visto no gráfico 3:

Gráfico 3: Dificuldade com a temática gênero

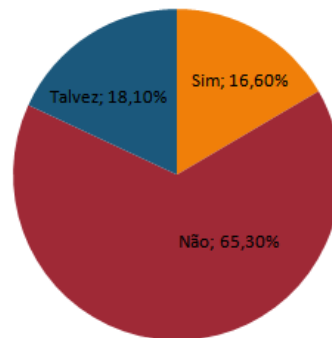


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Sobre isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais ressaltam que “a escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade” (BRASIL, 1997, p. 83) e que “o professor deve transmitir, pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, deve, ele próprio, respeitar a opinião de cada aluno e ao mesmo tempo garantir o respeito e a participação de todos” (BRASIL, 1997, p. 84).

No que se refere à discussão sobre raça e etnia, ficou evidente que a maior parte dos respondentes não teve ou não tem dificuldade em abordar a temática (65,3%), de acordo com o gráfico 4:

Gráfico 4: Dificuldade com a temática raça/ etnia

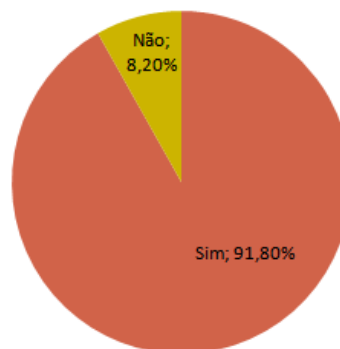


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

É importante pontuar aqui a Lei nº. 10.639/2003 (BRASIL, 2003), que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, incluindo em seu conteúdo programático “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.”.

Os informantes foram questionados se já presenciaram situações de preconceito, discriminação ou exclusão em sala de aula, donde a expressiva maioria afirmou que sim, 91,8%, como pode ser observado no gráfico 5:

Gráfico 5: Situações de preconceito, discriminação ou exclusão em sala de aula



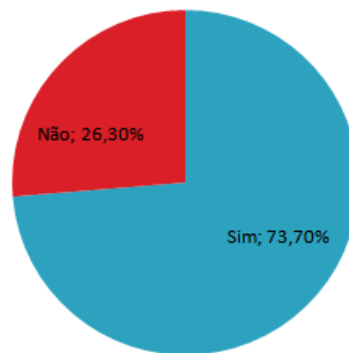
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O alto percentual dos que perceberam situações de preconceito, discriminação ou exclusão confirma a importância da escola e o papel do professor na promoção dos

“princípios éticos de liberdade, dignidade, respeito mútuo, justiça e equidade, solidariedade, diálogo no cotidiano” (BRASIL, 1997, p. 29), buscando meios para o cumprimento do “princípio constitucional de igualdade, o que exige sensibilidade para a questão da diversidade cultural e ações decididas em relação aos problemas gerados pela injustiça social” (BRASIL, 1997, p. 29).

Nessa perspectiva, 73,7% dos abordados informaram que já promoveram atividades ou projetos de valorização da diversidade, conforme o gráfico 6:

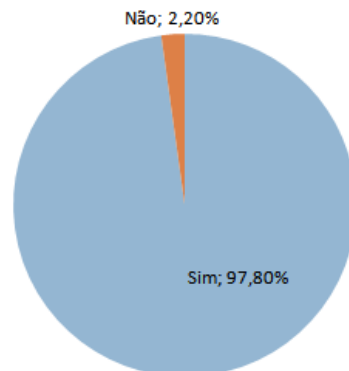
Gráfico 6: Promoção de atividades ou projetos de valorização da diversidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

E, além disso, quase todos (97,8%) acreditam que já contribuíram, de alguma maneira, para diminuir formas de preconceito ou discriminação, de acordo com o gráfico 7:

Gráfico 7: Contribuição para diminuir formas de preconceito ou discriminação



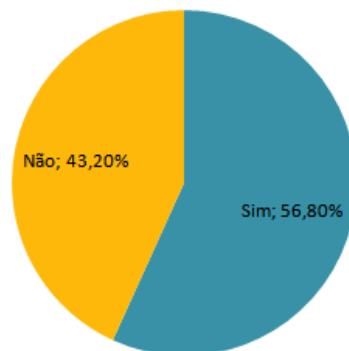
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Tais respostas (quanto à promoção da valorização da diversidade e quanto à contribuição para diminuir formas de preconceito ou discriminação) reforçam que a escola e os professores estão cientes do seu papel social e que podem enfrentar

[...] o desafio que lhes está colocado, qual seja, o de ser parte de certa realidade social injusta, dela sofrer influências, e, ainda assim, garantir a possibilidade de educar o aluno como cidadão em formação, de forma que atue como sujeito sociocultural, voltado para mudanças, para a busca de caminhos de transformação social. (BRASIL, 1997, p. 33).

Embora os professores aqui pesquisados tenham buscado mudar a realidade de seu alunado, os desafios são grandes e a responsabilidade atribuída a estes também, de tal forma que 56,8% relatou que já silenciou diante de alguma forma de preconceito, discriminação ou exclusão, como pode ser visualizado no gráfico 8:

Gráfico 8: Silenciamento em situações de preconceito, discriminação ou exclusão



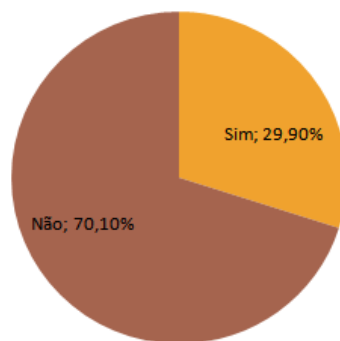
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Tais atitudes podem ser justificadas, inclusive, pela falta de formação e de preparo para lidar com as diversas situações que envolvem pluralidade cultural no âmbito da escola. Isso porque,

Para que se possa avançar nesse processo, o papel dos(as) professores(as) é fundamental. Nesse sentido, a formação docente, tanto a inicial como a continuada, passa a ser um lócus prioritário para todos aqueles que queremos promover a inclusão destas questões na educação. No entanto, essa preocupação está ainda muito pouco presente nesses processos, ainda que se venha dilatando o espaço que tem conquistado nas diferentes instituições formadoras. (MOREIRA, CANDAU, 2003, p. 166).

Por esse viés, os respondentes foram indagados se já receberam algum tipo de formação para trabalhar sobre Pluralidade Cultural, em que um percentual significativo, 70,1%, ressaltou que não, conforme o gráfico 9:

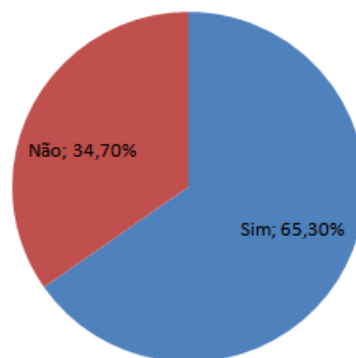
Gráfico 9: Formação para trabalhar sobre Pluralidade Cultural



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Além do questionamento sobre formação para trabalhar sobre Pluralidade Cultural, os informantes foram perguntados se estão preparados para trabalhar sobre Pluralidade Cultural na escola, em que 65,3% responderam afirmativamente, de acordo com o gráfico 10:

Gráfico 10: Preparação para trabalhar sobre Pluralidade Cultural



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nesse contexto, além da ausência da formação de professores para lidar com as temáticas que envolvem diversidade e pluralidade na escola, faz-se necessário inserir uma perspectiva multicultural no currículo, porém,

Construir o currículo com base nessa tensão não é tarefa fácil e irá certamente requerer do professor nova postura, novos saberes, novos objetivos, novos conteúdos, novas estratégias e novas formas de avaliação. Será necessário que o docente se disponha e se capacite a reformular o currículo e a prática docente com base nas perspectivas, necessidades e identidades de classes e grupos subalternizados. (MOREIRA, CANDAU, 2003, p. 157).

Assim, este é o desafio que se apresenta, em que o professor possa acrescentar em suas práticas e nos currículos escolares o reconhecimento da diversidade cultural. E que, a partir do conhecimento dos diferentes grupos, os professores e os alunos possam compreender, valorizar e respeitá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo conhecer as experiências de docentes, que também são estudantes de pós-graduação, sobre diversidade e pluralidade cultural na escola. E, nessa perspectiva, buscou identificar como os professores fazem a seleção curricular para as aulas; analisar as dificuldades dos professores em trabalhar temáticas sobre diversidade; e ainda compreender a contribuição dos professores para a promoção da diversidade e da pluralidade cultural.

Nesse sentido, identificou que os docentes fazem a seleção curricular com base no que julgam importante e abordam em sala, e que ainda há dificuldades em abordar as temáticas de religiões, de raça/ etnia e de gênero.

Quase todos já se depararam com situações de preconceito, discriminação ou exclusão em sala de aula e, sendo assim, já buscaram promover atividades ou projetos de valorização da diversidade, bem como já contribuíram para diminuir formas de preconceito ou discriminação.

Embora um número significativo dos informantes tenha silenciado em situações de preconceito, discriminação ou exclusão em sala, isso pode ser justificado pela ausência de formação e de preparação para trabalhar sobre Pluralidade Cultural, e até pelo próprio desafio que se constitui para promover uma educação multicultural, que possibilite aos alunos a ampliação de seus horizontes para reconhecer, compreender e aceitar a cultura do outro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. **Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em: 25 jan. 2020.

BRASIL. **BNCC - Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 30 jan. 2020.

CANEN, A. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. **Revista Comunicação e Política**, v. 25, n. 2, p. 91-107, 2007.

GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos.** Rio de Janeiro: Graal. 1992.

CANEAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F.; CANEAU, V. M. (Orgs.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOREIRA, A. F.; CANEAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 156-168, 2003.

MOREIRA, A. F. B.; CÂMARA, M. J. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F.; CANEAU, V. M. (Orgs.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.